



# Anais da Assembléia

Nº 163

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, 08 DE DEZEMBRO DE 1976

ANO II

## 2.<sup>a</sup> SESSÃO LEGISLATIVA DA 8.<sup>a</sup> LEGISLATURA ATA DA 253.<sup>a</sup> SESSÃO ORDINÁRIA CONVOCAÇÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 08 DE DEZEMBRO DE 1976 (QUARTA-FEIRA)

Presidência do Sr. Deputado Paulo Camargo, secretariada pelos Srs. Deputados Ernesto Gnoato e Quielse Crisóstomo.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Paulo Camargo, Gabriel Sampaio, Aguinaldo Pereira Lima, Maurício Fruet, Fidelcino Tolentino, Accioly Neto, Adalberto Daros, Alfredo Gulin, Antônio Facci, Aragão de Mattos Leão, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Fdermann, Domício Scaramella, Edilson Alencar, Enéas Faria, Ernesto Dal'Oglio, Ernesto Gnoato, Ezequias Losso, Fabiano Braga Cortes, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Ivan Rüppel, Ivo Thomazoni, Jayme Rodrigues Carvalho, João Cioni Neto, José Domingos Scarpelini, Jorge Sato, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Carlos Zuk, Luiz Roberto Soares, Muggiati Filho, Nelson Buffara, Nilso Sguarezi, Osvaldo Macedo, Otássio Pereira, Quielse Crisóstomo, Rosário Pitelli, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer e Wilson Fortes (48), achando-se ausentes os Srs. Deputados Del Ciel, Leopoldo Jacomel, Egon Pudell, Jurandir Messias, Trajano Bastos e Deni Schwartz (06).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

### SESSÃO:

O SR. PRESIDENTE (PAULO CAMARGO) — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.<sup>o</sup> SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. LÚCIO MACHADO — (PELA ORDEM) Sr. Presidente, requeiro a chamada nominal dos Srs. Deputados, para verificação de quorum.

O SR. PRESIDENTE — (PAULO CAMARGO) A Mesa defere. O Sr. Secretário procederá à chamada dos Srs. Deputados. — (É FEITA A CHAMADA).

Responderam a chamada 18 Srs. Deputados. Há quorum para prosseguimento da sessão.

O SR. ENÉAS FARIA — (PELA ORDEM) Sr. Presidente, gostaria que V. Exa. me esclarecesse o tipo de procedimento para verificação de quorum para prosseguimento da sessão. Como se estabelece a presença e a ausência dos Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE — (PAULO CAMARGO) Não se estabelece a presença ou ausência dos Srs. Deputados. a não ser, na hora da votação, a pedido de algum Deputado.

O SR. ENÉAS FARIA — Sr. Presidente, gostaria, ainda, de conhecer da Mesa, o entendimento que tem a respeito do Deputado que não comparece durante todo o período.

O SR. PRESIDENTE — (PAULO CAMARGO) Por que razão?

O SR. ENÉAS FARIA — Como se afere, nesse caso, a presença do Deputado?

O SR. PRESIDENTE — (PAULO CAMARGO) A presença do Deputado é marcada pelo funcionário responsável.

A presença do Deputado no Plenário, é verificada quando a pedido, através da chamada.

No momento, encontram-se 18 Srs. Deputados em plenário.

Há quorum para prosseguimento da sessão.

O SR. 1.<sup>o</sup> SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte EXPEDIENTE:

### REQUERIMENTOS:

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer à Mesa, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da presente sessão, um voto de profundo pesar pelo falecimento da Sra. FIORINDA MEZZON, ocorrido no dia 20 de novembro próximo passado, na cidade de Nova Aurora.

Requer, outrossim, que do pronunciamento desta Casa, se dê ciência à família enlutada, na cidade de Nova Aurora.

Sala das Sessões, em 08 de dezembro de 1976.

(a) EGON PUDELL

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, usando das atribuições regimentais, requer ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. GUILHERME DE ABREU PIRES, membro de tradicional família paranaense.

Requer outrossim, uma vez aprovado o presente, se dê ciência à família enlutada, residente nesta Capital.

Sala das Sessões, em 08 de dezembro de 1976.

(a) FABIANO BRAGA CORTES

O SR. PRESIDENTE — (PAULO CAMARGO) Está finda a leitura do expediente.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, Sr. Deputado Nilso Sguarezi.

O SR. NILSO SGUAREZI — Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Lendo): "Artigo 60 da Constituição Federal: "São poderes da União, independentes e harmônicos, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário".

Desde o surgimento da obra "DO ESPÍRITO DAS LEIS" quando Montesquieu pregou a separação dos poderes e defendeu uma realidade histórica, a de que "todo o homem que detém o poder tende a abusar do poder" foi o passo gigantesco que a humanidade deu para a conquista da JUSTIÇA.

Realmente, o conceito da justiça, embora tenha sofrido injunções de ordem política e histórica no curso da humanidade, é uma preocupação constante do ser humano. Hoje, busca-se a justiça da mesma forma que se buscou no passado. Justiça para o homem em si como pessoa e entidade que encarna direitos. Justiça social para que a igualdade de oportunidades e liberdade, não seja apenas privilégio de poucos. O ideal de Justiça ainda continua a existir em todo homem. Ele é próprio da natureza

humana, que se tem orientado nos limites do BEM e do MAL. Porém, a realização da JUSTIÇA “o dar a cada um o que é seu” depende hoje, não apenas do Poder JUDICIÁRIO que concebido por Montesquieu deveria ministrar a Justiça. As transformações sociais e a institucionalização do Estado moderno, alteraram o “modus faciendi” do fazer e realizar a Justiça. Talvez, hoje e especificamente no Brasil, é o Poder Judiciário o mais impossibilitado de fazer a realização da Justiça, pois ela não se resume simplesmente no julgamento dos que infringiram as leis e normas de conduta. São na maioria das vezes as próprias leis que deveriam ser julgadas e não seus transgressores. Leis escritas e “convenções não escritas”, adotadas muitas vezes em defesa de uma ordem que subjuga a pessoa como instrumento do Estado e não este como o instrumento daquela, para a realização da Justiça e encontro da felicidade.

Vive o Brasil, como ontem, em busca de justiça, lutando como Nação para que voltemos ao Estado de Direito, condição “sine qua non” para o surgimento da Justiça, pois esta é o respeito e o reconhecimento dos direitos individuais e públicos. Um não existe sem o outro. Um é postulado do outro. A Justiça é consequência do Estado de Direito.

Governo justiceiro é aquele que defende e implanta a obediência ao Direito, mas acima de tudo que respeita e se verga a este mesmo Direito, fazendo com que o primado da “força do Direito” impere sobre “o direito da força”.

Fazer justiça, não significa necessariamente condenar o ladrão quando este se apossa do alheio para saciar a fome de sua família, depois de não conseguir os meios honestos para ganhar o pão diário e tão difícil a cada dia que passa. Justiça não se faz ao alijar da participação política ao homem público que discorda das idéias dos governantes. Justiça não se faz ao estudante que fica impedido de aquirir o conhecimento por não dispor de meios a suprir o pagamento do ensino. Justiça não se realiza ao doente que morre sem assistência e sem remédios porque não tem recursos para custear sua saúde. Justiça, como elemento volitivo e humano, jamais se fará enquanto pesar sobre a cabeça do Juiz a ameaça de punição por um poder absoluto.

A comemoração do Dia da Justiça merece profundas reflexões.

E destas, vale a lembrança das ameaças de verdadeiras injustiças que se anunciam no Brasil e que parecem vir a ser desencadeadas para retardar ainda mais o Estado de Direito.

Sofismas como o da prorrogação dos atuais mandatos, defendido insistentemente por alguns Governadores de Estado, advogados em causa — própria, seria a grande injustiça cometida contra toda a Nação brasileira. Consultou-se o povo para eleger representantes por período determinado e qualquer prorrogação de mandatos é desrespeito a toda a Nação.

Eleição é julgamento, e a sentença deve ser respeitada e cumprida integralmente. Ninguém, senão o povo, através do plebiscito, poderia dizer da prorrogação de mandatos. Mas a injustiça, como via de regra tem uma imoralidade ao lado. Nada mais do que imoral é a atitude dos governadores nomeados, ao pedirem a prorrogação de seus mandatos, nada mais espúrio e injusto do que se quebrar as “regras do jogo” para favorecimento dos que transitoriamente chegaram ao poder e que se utilizam de artifícios para nele permanecer.

Assim é que entendo, Srs. Deputados, que neste dia, dia reservado à Justiça, estamos muito longe daquilo que poderíamos estar, porque poucos, muito poucos estão a impedir o anseio da grande e esmagadora maioria do povo brasileiro. Enquanto estes poucos e privilegiados tiverem o poder de decisão, uma coisa é certa, abusarão mais, mais e mais deste poder, porque acho que a verdade ainda está na imortal frase de Danton, ao definir os detentores do poder: “De l'audace, encore de l'audace et toujours de l'audace”.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa consulta a liderança do MDB se usará do horário que lhe é reservado. — (PAUSA).

Tendo declinado, consulto à liderança da ARENA se usará do horário que lhe é reservado.

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Ivo Thomazoni.

O SR. IVO THOMAZONI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Na sessão de ontem, quando o eminente Deputado Enéas Faria suscitou dúvidas quanto à forma técnica de elaboração do anteprojeto de lei que estava em pauta na sessão de ontem, sob número 106/76, através do qual o Poder Executivo pretende autorização deste Poder para abrir um crédito especial no valor de Cr\$ 2.115.840,00 destinado a atender despesas do pessoal contratado pela Consolidação das Leis Trabalhistas, conforme especifica.

A liderança, por não contar no momento, com a lei número 6743 em mãos, não soube apreciar, Sr. Presidente, se o Orçamento para o corrente exercício de 1976 dotou a Secretaria de Finanças com uma dotação específica para fazer face a despesas com contribuição de previdência social.

Por esta razão, Sr. Presidente, a Liderança requereu a retirada por uma sessão do projeto de lei em apreço. Tive oportunidade, Sr. Presidente, ainda na tarde e noite de ontem, de diligenciar para conhecer os detalhes. Trago hoje, as informações para, no final, requerer de V. Exa., Sr. Presidente, a reinclusão na Ordem do Dia, de amanhã, do projeto de lei a que me referi.

Primeiro — a Proposta Orçamentária para o exercício de 1976 foi elaborada no período de maio a junho de 1975, enquanto que a aprovação do quadro de pessoal regido pela CLT da Coordenação da Receita do Estado, ocorreu em março de 1976, defasagem essa que, por si só, justifica o fato de não haver constado do Orçamento deste ano dotações para contribuições de previdência social naquela oportunidade.

Foi votada ontem, Sr. Presidente, a lei 4320...

O SR. ENÉAS FARIA — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Solicito este aparte, em razão das informações que V. Exa. traz, e que me parecem preciosas para a análise desta matéria.

Apesar de à época da elaboração do Orçamento não existir efetivamente o tal quadro de funcionários citados do projeto que agora vem à baila, indagaria a V. Exa., que tem os dados à mão, se o Orçamento vigente em 76 contempla, em qualquer de seus pontos, na Secretaria da Fazenda, um programa e uma atividade relativos à arrecadação e fiscalização do Estado.

A não existir no Orçamento este programa e esta atividade de fiscalização e de arrecadação, o Estado não estaria nem arrecadando e nem fiscalizando.

O SR. IVO THOMAZONI — V. Exa, me perdoe mas está colocando de forma errada a questão.

Primeiro — Não consta do Orçamento deste ano dotações para contribuições de previdência social naquela unidade administrativa, ou seja, na Coordenação da Receita do Estado. Por que? Porque toda a atividade era, até então, exercida pelo pessoal do Quadro Próprio da Secretaria de Finanças e, portanto, com os encargos sociais, todos eles, suportados por conta própria do Estado, vinculada à Previdência Social do Estado do Paraná.

O SR. ENÉAS FARIA — Ao que me parece, posso andar errado.

E é em razão disto que V. Exa., tão cordialmente, se propôs ao debate, a fim de trazer as luzes do conhecimento aos mais carentes Parece-me que poderia até parecer sofisma o que diz V. Exa., porque a atividade existe, Deputado, a atividade está sendo exercida.

O SR. IVO THOMAZONI — Mas não existe dotação.

O SR. ENÉAS FARIA — Então não poderia existir atividade.

E se ela existe, e não há dotação, e está sendo gasto alguma coisa para que ela possa ser exercida, o Governo parece que não está cumprindo a Lei já um outro aspecto.

O SR. IVO THOMAZONI — A Atividade que V. Exa. se refere, foi instituída...

O SR. ENÉAS FARIA — Digamos assim, a atividade prevista do orçamento, foi ampliada com o manual regido pela CLT, mas atividade existe, Deputado.

O SR. IVO THOMAZONI — Com o Apêndice.

O SR. ENÉAS FARIA — O que não se previu, o que o Orçamento não contemplou, foi a necessidade de ao longo do tempo, ao longo da execução, de que esta atividade deveria avolumar-se, deveria tomar corpo, deveria agir de outra maneira, mais enfática, e que acarretou a necessidade de contratação de pessoal via CLT, mas em suma, em verdade, em essência, a atividade existe.

O SR. IVO THOMAZONI — Não existe Deputado, se existisse, o crédito seria suplementar e não especial; e, não existindo, a atividade aliás, não constando do Orçamento, dotação específica para fazer face a estes encargos sociais, inexistindo totalmente, pretende-se através de um crédito especial, criar recursos, suporte para fazer face ao recolhimento destes encargos sociais, sobre a rubrica: Contribuição de Previdência Social, inexistindo Deputado.

E se estou dizendo a V. Exa. que insistem, dou a V. Exa., como subsídio, a Lei 6743 de 4 de dezembro de 1975, que é o Orçamento Geral do Estado para o exercício de 1976, para que V. Exa. manuseando-o, constate que, realmente, não existe dotação para fazer face a estas despesas.

Por esta razão defendo à luz da Lei 4320, a justeza com que pretendo abrir o crédito especial e não suplementar, como V. Exa. pretendia ontem, também sem se aperceber porque não estava, V. Exa., informado, e V. Exa. confessou ontem, de se no Orçamento deste ano constava ou não, dotação para fazer face a estes encargos.

O SR. ENÉAS FARIA — Deputado Ivo Thomazoni, vou continuar ouvindo V. Exa., aurindo novos conhecimentos através das palavras que V. Exa. ainda tem a pronunciar.

Mas, data vênica, o entendimento que tenho é diverso ao de V. Exa.

O SR. IVO THOMAZONI — V. Exa. está no seu direito de divergir.

Mas, eu estou falando à luz do orçamento e do que preceitua a Lei 4320.

Sr. Presidente, nas exposições da Lei Federal 4320, no seu Artigo 41, estão classificados os créditos adicionais, em diferentes categorias.

No item II do Artigo 41, estão ali, Sr. Presidente, Srs. Deputados, classificados os créditos especiais, e que são aqueles destinados às despesas para as quais não haja dotação orçamentária específica.

É este o caso aqui aludido.

No Artigo 42, da mesma Lei, "os créditos suplementares especiais", serão autorizados por Lei, e abertos Decreto Executivo.

No Artigo 43, Sr. Presidente, "a abertura dos créditos suplementares e especiais", dependem da existência de recursos disponíveis para ocorrer a despesa, que será precedida da disposição justificativa.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, do texto legal, transcrito, depreende-se:

a - o crédito solicitado é da categoria especiais, uma

vez que não há categoria específica para despesa em pauta..

b- Não há necessidade de autorização legislativa, em conformidade com as disposições do Artigo 42.

c- O crédito será aberto por Decreto do Poder Executivo, ato este que discriminaria as dotações que servirão de recursos para sua cobertura, conforme determina o artigo 43.

Havendo, e é o que se pretende, autorização legislativa para que o Sr. Governador do Estado abra o crédito especial, ele, ao proceder esta abertura, por decreto do Executivo, haverá de indicar a dotação orçamentária que haverá de servir de suporte para a abertura do crédito especial".

Diante das informações que trago, Sr. Presidente, fica, quero crer, invalidada a objeção que se apresentou ontem, quando, maldosamente, se afirmou que a única coisa correta no anteprojeto de lei era o artigo terceiro, quando, quer me parecer, nenhuma incorreção existe no anteprojeto de lei enviado pelo Executivo, solicitando autorização desta Assembléia Legislativa para abertura de crédito especial.

Muito obrigado.

O SR. ENÉAS FARIA — Gostarei de usar ainda mais os esclarecimentos que V. Exa. está trazendo à Casa.

Talvez a questão possa suscitar dúvidas.

Tenho eu um entendimento e V. Exa. tem outro.

Para que eu acabe de me convencer, para que o meu convencimento se defina com o ponto de vista que defendi ontem, e o que V. Exa. defende hoje, eu gostaria de ser esclarecido: afirma V. Exa. com os dados que tem em mãos, que não existia dotação específica para atender encargos sociais previstos para a criação desses cargos e o pagamento desses funcionários.

Não existindo dotação, quer V. Exa. que o crédito seja especial e não suplementar.

Pergunto a V. Exa. ;

No orçamento em vigor existe dotação para o pagamento, para o vencimento, para o salário dos funcionários contratados, ou não existe?

O SR. IVO THOMAZONI — Não existia até março do corrente ano de 1976, quadro de pessoal contratado na Secretaria de Finanças.

O SR. ENÉAS FARIA — Se não há o quadro, não há dotação orçamentária.

O SR. IVO THOMAZONI — Há o quadro implantado neste exercício.

Não existia no ano passado quando votamos o orçamento.

O SR. ENÉAS FARIA — E de onde sairão os recursos?

Em que dotação orçamentária estão os recursos para o pagamento do salário desse pessoal?

O SR. IVO THOMAZONI — Deputado, existe e V. Exa. mais do que eu sabe disso.

V. Exa. não pode alinhar despesas com pessoal estatutário à conta, à título das dotações diferentes dentro da Administração Pública do Estado.

V. Exa. sabe que nós temos nos quadros demonstrativos da despesa, os quadros de despesas com investimentos de capital.

A conta de pessoal é uma conta única, eminente Deputado, para fazer face a estes encargos, como as despesas de pessoal e de custeio.

Neste exercício, visando-se proporcionar à máquina da fiscalização e da arrecadação do Estado maior poder de arrecadação, criou-se o quadro de pessoal regido pela Conso-

lidação das Leis do Trabalho e o Governo, tendo aprovado este quadro regido pela CLT, este ainda, necessita, eminente Deputado, contar com recursos para fazer face, tão somente, às despesas com os encargos sociais, ou seja, a despesa com recolhimento, encargos previdenciários.

Está o Executivo solicitando este meio e eu iria mais longe...

O SR. ENÉAS FARIA — Só queria que V. Exa. me respondesse à luz dos dados que tem em mãos: — Para que haja encargo social deve-se pressupor que haja um pagamento de salário.

O encargo social decorre do salário que se paga.

O SR. IVO THOMAZONI — Então, vou responder; V. Exa. sabe tanto quanto eu e a Casa de resto sabe, que o Governo do Estado pode abrir crédito especial sem autorização legislativa...

O SR. PRESIDENTE (PAULO CAMARGO) — A Mesa comunica que está concluído o tempo que lhe é reservado e concede mais um minuto para concluir.

O SR. IVO THOMAZONI — Pode abrir crédito especial, sem autorização deste Poder, se usar como suporte para o crédito especial, a arrecadação a maior que se verificar em determinação da rubrica da receita, porque nós demos esta autorização na lei...

O SR. ENÉAS FARIA — Não há autorização...

O Sr. Ivo Thomazoni — Há autorização legislativa para abertura de crédito especial, tendo como suporte o "supervit" da arrecadação.

Não é o caso.

O Governo pode usar como suporte para abertura deste crédito especial, uma determinada dotação orçamentária, que ele a indicará no instante que baixar o Decreto Executivo, se autorizado por este Poder.

Eram, Sr. Presidente, as observações que desejava saber.

Muito obrigado. — (SEM REVISÃO DO ORADOR).

O SR. PRESIDENTE (PAULO CAMARGO) — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

## ORDEM DO DIA,

com a presença de 48 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Osvaldo Macedo, no seguinte teor:  
"Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e de acordo com o disposto no artigo 134, parágrafo terceiro, inciso VII, do Regimento Interno, requer a audiência das demais Comissões Permanentes competentes sobre os Projetos de Resolução que compõe a Ordem do Dia de hoje, 08 de dezembro de 1976.

É que referidos projetos, que tratam de convênios celebrados entre o Governo do Estado e vários municípios paranaenses, receberam parecer unicamente da Comissão de Constituição e Justiça, sem que o seu mérito pudesse ser apreciado pelas demais Comissões.

Com essas providências estaremos reparando essa omissão e respeitando as disposições regimentais.

Sala das Sessões em 08 de dezembro de 1976.

(a) OSVALDO MACEDO."

O SR. IVO THOMAZONI (PELA ORDEM) — Sr. Presidente.  
O SR. PRESIDENTE (PAULO CAMARGO) — Tem a palavra o nobre Deputado.

O SR. IVO THOMAZONI — Não me foi dado ouvir, Sr. Presidente, se o eminente Deputado Osvaldo Macedo citou o artigo do Regimento Interno no qual se respalda para requerer devolução de projetos de resolução, todos eles oriundos de mensagens governamentais em consequência de convênio celebrado com Governo do Estado e com os municípios.

Porque, Sr. Presidente, a Constituição do Estado no Capítulo que trata das atribuições do Governo, Artigo 47, que tenho em mãos, compete ao Governador do Estado celebrar convênio com o Governo do Estado e municípios e Assembléia Legislativa.

Na questão de ordem, dirigida a V. Exa., compete a esta Casa falar do mérito dos convênios ou da jurisdição do Governo porque todos têm com suporte financeiro dotação orçamentária, de contas de diferentes órgãos da Administração direta e indireta do Estado e como tal para sua aplicabilidade o Governador do Estado atende às exigências daquela execução orçamentária e tendo S. Exa. conveniado com as unidades municipais e entrega de determinados valores para fazer face a determinados encargos em convênio na maioria deles ou na sua totalidade pequenos, reformas estaduais, onde funcionam escolas, onde funcionam postos de saúde e repartições públicas do município; se V. Exa. entende que esta Assembléia obedeça a observância da jurisprudência aprovando, referendando, melhor, dizendo, porque esta é a expressão constitucional, referendando os convênios ou esta Assembléia entrando no mérito dos mesmos, poderá até rejeitá-los e se rejeitando como fica a autorização constitucional, desde que ao Executivo compete, estribado pela Constituição, distribuir os recursos orçamentários para fazer face às despesas consideradas pelo Executivo como prioritárias, dentro do programa de Governo previamente elaborado e também, Sr. Presidente, dentro das prioridades que o Executivo compete adotar.

Era esta a questão de ordem que queria fazer, muito embora, Sr. Presidente, em oportunidade anterior, esta Liderança aceitou sem objeção e votou com os requerimentos de retirada da Ordem do Dia para retorno às Comissões Técnicas das proposições de acordo com a Secretaria de Estado e que tivesse mais intimamente ligada, Sr. Presidente. — (SEM REVISÃO DO ORADOR).

O SR. PRESIDENTE — Respondendo a questão de ordem, a Assembléia Legislativa sempre entendeu que apenas a opinião, apenas o exame pela Comissão de Constituição e Justiça que examinava os termos, seria suficiente, entretanto, de acordo com o Artigo 74, parágrafo terceiro, item sétimo: Qualquer deputado pode pedir audiência da Comissão sobre determinada matéria.

A Presidência não vê nada de anormal no pedido do nobre Deputado Osvaldo Macedo, que deverá ser apreciado pela Assembléia Legislativa.

O SR. OSVALDO MACEDO (PELA ORDEM) — Sr. Presidente, há alguns dias atrás, o MDB já solicitou a retirada da Ordem do Dia, para audiência das Comissões Competentes, de alguns projetos de resolução.

Isto, porque os projetos têm sido normalmente apreciados, exclusivamente, pela Comissão de Constituição e Justiça, sem que tivesse sido analisado, por exemplo, pela Comissão de Finanças, uma vez que o artigo 49, do Regimento Interno, diz que compete à Comissão de Finanças opinar quanto ao aspecto financeiro sobre todas as proposições, todas, inclusive àquelas da competência privada de outras Comissões.

E o artigo seguinte, estabelece a necessidade de que as Comissões várias se pronunciem sobre qualquer proposição

que digam respeito às suas atribuições.

Acho e é nosso entendimento que o mérito precisa ser analisado também nesses convênios.

O SR. PRESIDENTE (PAULO CAMARGO) Em votação o requerimento de autoria do Deputado Osvaldo Macedo.

Os Senhores Deputados que aprovam o requerimento, e portanto encaminham os projetos de resolução constantes da Ordem do Dia a outras Comissões, queiram conservar-se como estão.— REJEITADO.

O SR. OSVALDO MACEDO — Sr. Presidente, solicito verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (PAULO CAMARGO) — Será procedida a verificação de votação.

Os Srs. Deputados que aprovam o requerimento de autoria do nobre Deputado OSVALDO MACEDO, queiram levantar-se (PAUSA).

Os Srs. Deputados que rejeitam, queiram levantar-se.

Vinte e um (21) dos Deputados aprovam; Quatorze (14) Deputados rejeitam.— APROVADO o requerimento solicitando a retirada de todos os projetos, inclusive toda a Ordem do Dia de hoje, de pauta, e encaminhada às Comissões.

O SR. IVO THOMAZONI — Questão de ordem, Sr. Presidente. Apenas para indagar a V. Exa., se V. Exa. tem matéria para a sessão do dia de amanhã.

O SR. PRESIDENTE (PAULO CAMARGO) — A Mesa comunica ao nobre Deputado que tem duas matérias para a sessão de amanhã.

É a primeira discussão do Projeto de Lei 106/76, requerido por V. Exa. e a terceira discussão do Projeto de Resolução 270/76.

Entretanto, ao marcar a Ordem do Dia não poderá marcá-la para sexta-feira, porque não existe matéria para sexta-feira.

A Presidência espera que amanhã as Comissões já tenham alguma matéria apreciada, para poder marcar sessão para segunda-feira.

Porque se amanhã não tiver a Presidência mais matéria, já apreciada pelas Comissões, não poderá marcar sessão nem para segunda-feira.

E não sei o que poderá marcar, porque não tendo matéria não pode marcar nem para segunda, nem para terça e nem para nunca.

O SR. IVO THOMAZONI — (QUESTÃO DE ORDEM), Sr. Presidente.

Sr. Presidente, primeiramente para saber se a matéria para a Ordem do Dia de amanhã está convenientemente com pareceres das diferentes Comissões Técnicas, para que não ocorra à Presidência e a este Plenário o desprazer de estar aqui de novo...

O SR. PRESIDENTE (PAULO CAMARGO) — A Mesa comunica ao nobre orador que a matéria que será votada amanhã, está completamente de acordo.

O SR. IVO THOMAZONI — Sr. Presidente, indo mais longe, solicito a V. Exa. para que nós possamos programar os nossos afazeres a partir de amanhã, V. Exa. anunciará sessão para sexta-feira?

O SR. PRESIDENTE (PAULO CAMARGO) — Não há matéria para sexta-feira, nobre Deputado.

Não vou anunciar matéria para sexta-feira, só para segunda.

Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Egon Pudell, constante do expediente, solicitando voto de

pesar pelo falecimento da Senhora Fiorinda Mezzon, ocorrido na cidade de Nova Aurora.— APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fabiano Braga Côrtes, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Guilherme de Abreu Pires.— APROVADO.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 9, quinta-feira, à hora regimental, com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

TERCEIRA DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número: 270/76.

PRIMEIRA DISCUSSÃO — do Projeto de Lei número 106/76.

Levanta-se a sessão.

#### PORTARIAS.

PORTARIA NÚMERO 616/76.

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 10289, de 29 de novembro de 1976, deste Poder,

#### RESOLVE:

transferir para época oportuna as férias concedidas pela Portaria 01/76, ao funcionário JOSÉ CARLOS PEREIRA PORTELA, matrícula 574, ocupante do cargo de nível PL“16”, da Série de Classes de Auxiliar Legislativo, do Grupo Ocupacional Legislativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia Gabinete da Diretoria Geral, em 3 de dezembro de 1976.

JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO

DIRETOR GERAL

PORTARIA NÚMERO 617/76

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 10285, de 26 de novembro de 1976, deste Poder,

#### RESOLVE:

I - revogar a Portaria 57/75, de 12 de março de 1975, que autorizou o funcionário ALEXANDRE RADICHEWSKI, matrícula 388, ocupante do cargo de nível PL“16”, da Série de Classes de Auxiliar Legislativo, do Grupo Ocupacional Legislativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, a prestar serviços extraordinários, percebendo gratificação correspondente a cinquenta por cento de seus vencimentos, a partir de 01 de dezembro de 1976; e,

II - revogar o item III, da Portaria 639/75, de 27 de novembro de 1975, que designou o funcionário acima citado, a prestar serviços na Liderança do MDB, junto ao Gabinete do Deputado JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI, a partir de 01 de dezembro do corrente ano.

Gabinete da Diretoria Geral, em 3 de dezembro de 1976.

JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO

DIRETOR GERAL

PORTARIA NÚMERO 618/76

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 10285, de 26 de novembro de 1976, deste Poder,

#### RESOLVE:

autorizar CARLOS PERTEL, ocupante do cargo em comissão símbolo 3-C, de Assessor de Gabinete, com lotação no Gabinete

te, com lotação no Gabinete do Deputado JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI, na conformidade do disposto no Artigo 176, inciso I, da Lei 6174, de 16 de novembro de 1970, a prestar serviços extraordinários, percebendo gratificação correspondente a cinquenta por cento de seus vencimentos, a partir de 01 de dezembro de 1976.

Gabinete da Diretoria Geral, em 3 de dezembro de 1976

JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO  
DIRETOR GERAL

**PORTARIA NÚMERO 619/76**

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 10444, de 01 de dezembro de 1976, deste Poder,

**RESOLVE:**

transferir para época oportuna as férias concedidas pela Portaria 1/76, a funcionária ADEL METRING FRANCALACCI ESPÍNOLA, matrícula 109, ocupante do cargo de nível PL“28”, da Série de Classes de Advogado, do Grupo Ocupacional de Direito, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

Gabinete da Diretoria Geral, em 3 de dezembro de 1976

JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO  
DIRETOR GERAL

**PORTARIA NÚMERO 620/76**

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições,

**RESOLVE:**

autorizar o funcionário ADMIR BORCK, contratado deste Poder Legislativo, a prestar serviços extraordinários, num total de oitenta (80) horas mensais, no período compreendido entre 2 de dezembro de 1976 a 28 de fevereiro de 1977.

Gabinete da Diretoria Geral, em 3 de dezembro de 1976.

JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO  
DIRETOR GERAL

**PORTARIA NÚMERO 621/76**

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 10249, de 25 de novembro de 1976, deste Poder,

**RESOLVE:**

revogar a Portaria 441/76, de 14 de agosto de 1975, que designou ANTÔNIO ADEMIR MENDES, a prestar serviços na Liderança do MDB, junto ao Gabinete do Deputado NILSO ROMEU SQUAREZI e a prestar serviços extraordinários, a partir de 26 de novembro de 1976.

Gabinete da Diretoria Geral, em 3 de dezembro de 1976.

JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO  
DIRETOR GERAL

**PORTARIA NÚMERO 622/76**

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 10351, de 30 de dezembro de 1976, deste Poder,

**RESOLVE:**

transferir para época oportuna as férias concedidas pela Portaria 01/75, ao funcionário DARCI ANTÔNIO BUDEL, matrícula 062, ocupante do cargo de nível PL“29”, da Série de Classes de Auxiliar Técnico, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia,

Gabinete da Diretoria Geral, em 3 de dezembro de 1976.

JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO  
DIRETOR GERAL

**PORTARIA NÚMERO 623/76**

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 10140, de 23 de novembro de 1976, deste Poder,

**RESOLVE:**

autorizar RENATO BERNARDI, ora à disposição deste Poder, prestando serviços na Liderança do MDB, junto ao Gabinete do Deputado ANTÔNIO FACCI, na conformidade do disposto no Artigo 176, inciso I, da Lei 6174, de 16 de novembro de 1970, a prestar serviços extraordinários, percebendo gratificação correspondente a cinquenta por cento, de seus vencimentos, no período compreendido entre 01 de abril a 06 de junho de 1976.

Gabinete da Diretoria Geral, em 07 de dezembro de 1976.

JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO  
DIRETOR GERAL

**DECRETOS LEGISLATIVOS:**

**DECRETO LEGISLATIVO NÚMERO 666/76**

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 10373, de 30 de novembro de 1976, deste Poder,

**RESOLVE:**

mandar pagar a AUDALIO MOREIRA, por ter custeado as despesas funerárias do ex-funcionário da Secretaria desta Assembléia Legislativa, Aury Cavalheiro de Mello, falecido no dia 31 de outubro de 1976, a título de auxílio funeral, a importância correspondente a um (01) mês de remuneração ou provento, nos termos do Art. 205 e parágrafo segundo, da Lei 6174, de 16 de novembro de 1970.

Palácio “Dezenove de Dezembro”, de 6 de dezembro de 1976.

PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO – Presidente  
AGUINALDO PEREIRA LIMA – 1.º Secretário

MAURÍCIO ROSLINDO FRUET – 2.º Secretário

**DECRETO LEGISLATIVO NÚMERO 667/76**

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 7404, de 19 de agosto de 1976, deste Poder,

**RESOLVE:**

incorporar ao acervo de serviço público da funcionária ZILDETE TEIXEIRA, matrícula 331, ocupante do cargo de nível PL“21”, da Série de Classes de Oficial de Administração, do Grupo Ocupacional Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, nos termos do Art. 248, da Lei 6174, de 16 de novembro de 1970, o tempo de um (01) ano, correspondente ao dobro da licença especial a que tinha direito no decênio compreendido entre 29 de janeiro de 1963 e 29 de janeiro de 1973.

Palácio “Dezenove de Dezembro”, em 07 de dezembro de 1976

PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO – Presidente

AGUINALDO PEREIRA LIMA – 1.º Secretário

MAURÍCIO ROSLINDO FRUET – 2.º Secretário

**DECRETO LEGISLATIVO NÚMERO 668/76**

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 7906, de 10 de setembro de 1976, deste Poder,

**RESOLVE:**

contar, para todos os efeitos legais, em favor do funcionário



JOÃO FARINHAK, matrícula 210, ocupante do cargo de nível PL“17”, da Série de Classes de Escriturário, do Grupo Ocupacional Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de um (01) ano, compreendido entre 01 de fevereiro de 1946 e 31 de janeiro de 1947, de serviço militar obrigatório, com base no art. 91 da Lei Estadual 193, de 24 de novembro de 1949, combinado com o parágrafo terceiro do Artigo 153 da Constituição da República.

Palácio “Dezenove de Dezembro”, em 7 de dezembro de 1976

PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO – Presidente

AGUINALDO PEREIRA LIMA – 1.º Secretário

MAURÍCIO ROSLINDO FRUET – 2.º Secretário

#### DECRETO LEGISLATIVO NÚMERO 669/76

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 7247, de 17 de agosto de 1976, deste Poder,

#### RESOLVE:

incorporar ao acervo de serviço público da funcionária MARIA LEONILDA TOCHA, matrícula 427, ocupante do cargo de nível PL“19”, da Série de Classes de Oficial de Administração, do Grupo Ocupacional Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, nos termos do Art. 248, da Lei 6174, de 16 de novembro de 1970, o tempo de seis (06) meses correspondente ao dobro da licença especial a que tinha direito no quinquênio compreendido entre 4 de janeiro de 1970 e 4 de janeiro de 1975.

Palácio “Dezenove de Dezembro”, em 7 de dezembro de 1976.

PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO – Presidente

AGUINALDO DEPREIRA LIMA – 1.º Secretário

MAURÍCIO ROSLINDO FRUET – 2.º Secretário

#### DECRETO LEGISLATIVO NÚMERO 670/76

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 9504, de 27 de outubro de 1976, deste Poder,

#### RESOLVE:

retificar o item II, do Decreto Legislativo 633/76, de 10 de setembro de 1975, para declarar que o acréscimo concedido pelo mesmo, de mais cinco por cento, sobre os vencimentos de CESAR AUGUSTO AGOSTINI PINTO NUNES, matrícula 594, ocupante do cargo de nível PL“18”, da Série de Classes de Oficial de Administração, do Grupo Ocupacional Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, é a partir de 18 de março de 1974, e não como consta daquele ato.

Palácio “Dezenove de Dezembro”, em 7 de dezembro de 1976

PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO – Presidente

AGUINALDO PEREIRA LIMA – 1.º Secretário

MAURÍCIO ROSLINDO FRUET – 2.º Secretário

#### DECRETO LEGISLATIVO NÚMERO 671/76

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 7165, de 12 de agosto de 1976, deste Poder,

#### RESOLVE:

contar, para todos os efeitos legais, em favor do funcionário PLÁCIDO CORDEIRO DE PAULA, matrícula 254, ocupante do cargo de nível PL“23”, da Série de Classes de Oficial de Administração, do Grupo Ocupacional Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de seis (06) meses e nove (09) dias, e de quatro (04) meses, prestado ao Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal nos anos de 1942 e 1943, respectivamente, com base no Artigo 91 da Lei Estadual 293, de 24 de novembro de 1949, combinado com o

§ terceiro, do Art. 153 da Constituição da República.

Palácio “Dezenove de Dezembro”, em 7 de dezembro de 1976

PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO – Presidente

AGUINALDO PEREIRA LIMA – 1.º Secretário

MAURÍCIO ROSLINDO FRUET – 2.º Secretário

#### RESOLUÇÕES

##### RESOLUÇÃO NÚMERO 242/76.

DATA: 26 de Novembro de 1976.

SÚMULA: Aprova o Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado, e o município de FLORESTA, com objetivo que especifica. (Mensagem do Poder Executivo número 105/76).

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, aprovou e eu promulgo, nos termos do Artigo 29 da Constituição Estadual, a seguinte Resolução:

ARTIGO PRIMEIRO – Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado em 02 de julho de 1976, entre o Governo do Estado, através da Secretaria do Interior, a Superintendência do Controle da Erosão no Paraná – SUCEPAR, e o município de FLORESTA, objetivando a execução de obras de controle à erosão urbana, na sede do referido município.

ARTIGO SEGUNDO – Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio “Dezenove de Dezembro”, em 26/11/76.

PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO  
PRESIDENTE

##### RESOLUÇÃO NÚMERO 243/76

DATA: 26 de Novembro de 1976.

SÚMULA: Aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração, e o Município de MARILENA, com objetivo que especifica. (Mensagem do Poder Executivo número 108/76).

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, aprovou e eu promulgo, nos termos do Artigo 29 da Constituição Estadual, a seguinte Resolução:

ARTIGO PRIMEIRO – Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado em 27 de maio de 1976, entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração, e o município de MARILENA, objetivando a execução de reparos no prédio onde funciona o Ginásio Estadual Cândido Verthier Fortes, da sede do referido município.

ARTIGO SEGUNDO – Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio “Dezenove de Dezembro”, em 26/11/76.

PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO  
PRESIDENTE.

##### RESOLUÇÃO NÚMERO 244/76

DATA: 26 de Novembro de 1976.

SÚMULA: Aprova o Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração e o município de MANDAGUAÇU, com objetivos que especifica. (Mensagem do Poder Executivo número 108/76).

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná,

aprovou e eu promulgo, nos termos do Artigo 29 da Constituição Estadual, a seguinte Resolução:

**ARTIGO PRIMEIRO** — Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado em 14 de julho de 1976, entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração, e o Município de Mandaguaçu, objetivando a execução de reparos nos prédios onde funcionam a Unidade Sanitária, o Posto de Puericultura, o Colégio Estadual Governador Paulo Pimentel, o Grupo Escolar Gilson Velani e o Grupo Escolar Santo Carraro, da sede do referido município.

**ARTIGO SEGUNDO** — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio “Dezenove de Dezembro”, em 26/11/76

PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO  
PRESIDENTE

**RESOLUÇÃO NÚMERO 245/76**

**DATA:** 03 de Dezembro de 1976.

**SÚMULA:** Aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração, e o Município de ASSAÍ, com objetivo que especifica. (Mensagem do Poder Executivo número 108/76).

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, aprovou e eu promulgo, nos termos do Artigo 29 da Constituição Estadual, a seguinte Resolução ;

**ARTIGO PRIMEIRO** — Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado em 19 de julho de 1976, entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração, e o Município de Assaí, objetivando a execução de reparos no prédio onde funciona o Grupo Escolar DIOGO ANTÔNIO FEIJÓ, da sede do referido Município.

**ARTIGO SEGUNDO** — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio “Dezenove de Dezembro”, em 3/12/76

PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO  
PRESIDENTE

**RESOLUÇÃO NÚMERO 246/76**

**DATA:** 03 de Dezembro de 1976.

**SÚMULA:** Aprova o Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração, e o Município de ITAGUAGÉ, com objetivos que especifica. (Mensagem do Poder Executivo número 108/76).

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná aprovou e eu promulgo, nos termos do Artigo 29 da Constituição Estadual, a seguinte Resolução:

**ARTIGO PRIMEIRO** — Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado em 20 de Julho de 1976, entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração, e o Município de ITAGUAGÉ, objetivando a execução de reparos nos prédios onde funcionam o Ginásio Estadual de ITAGUAGÉ e o Grupo Esco-

lar Presidente Vargas, da sede do referido município

**ARTIGO SEGUNDO** — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio “Dezenove de Dezembro”, em 03/12/76.

PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO  
PRESIDENTE

**RESOLUÇÃO NÚMERO 247/76.**

**DATA:** 03 de Dezembro de 1976.

**SÚMULA:** Aprova o Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração, e o Município de ARARUNA, com objetivos que especifica. (Mensagem do Poder Executivo número 68/76).

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, aprovou e eu promulgo, nos termos do Artigo 29 da Constituição Estadual, a seguinte Resolução:

**ARTIGO PRIMEIRO** — Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado em 31 de Dezembro de 1975, entre o Governo do Estado, através da secretaria da Administração, e o Município de ARARUNA, objetivando a execução de reparos nos prédios onde funcionam o Grupo Escolar PRINCEZA IZABEL, o Grupo Escolar JOANA D'ARC, e o GRUPO ESCOLAR RUI BARBOSA, o Grupo Escolar JOÃO PESSOA e o Grupo Escolar PRESIDENTE CASTELO BRANCO, no referido Município.

**ARTIGO SEGUNDO** — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio “Dezenove de Dezembro”, em 03/12/76.

PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO  
PRESIDENTE

**RESOLUÇÃO NÚMERO 248/76.**

**DATA:** 03 de Dezembro de 1976.

**SÚMULA:** Aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria do Interior, a Superintendência do Controle da Erosão no Paraná-SUCEPAR, e o Município de FLORAÍ, com objetivo que especifica. (Mensagem do Poder Executivo número 78/76).

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, aprovou e eu promulgo, nos termos do Artigo 29 da Constituição Estadual, a seguinte Resolução:

**ARTIGO PRIMEIRO** — Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado em 30 de junho de 1976, entre o Governo do Estado, através da Secretaria do Interior, a Superintendência do Controle da Erosão no Paraná-SUCEPAR, e o Município de FLORAÍ, objetivando a execução de obras de controle à erosão urbana, na sede do referido município.

**ARTIGO SEGUNDO** — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio “Dezenove de Dezembro”, em 03/12/76.

PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO  
PRESIDENTE